

TERMO DE AUDIÊNCIA MINISTERIAL
PA 18/2015 (CAE), 19/2015 (FUNDEB), PA 57/2017 (CMEG)

Participantes (lista de presença em anexo):

- Presidentes e outros integrantes dos conselhos acima referidos;
- Secretária de Educação e equipe de apoio

Aos 31/08/2017, por volta das 13h, presente o promotor de justiça Domingos Sávio Pereira Agra e as pessoas acima referidas, no auditório do MPPE. Inicialmente, o Promotor de Justiça convidou os presidentes dos conselhos, a secretária de Educação, a advogada Priscila Rakelle, da Secretária de Educação, e o advogado Tony Neto, conselheiro do Fundeb, para comporem a mesa; justificou o retardo no início da audiência, informando que a audiência anterior, nesta mesma data, destinada a tratar dos professores brailistas, intérpretes de libras e apoio para os alunos com deficiência, da qual participaram a secretária e outros aqui presentes, estendeu-se mais que o previsto em busca do saneamento. O advogado Toni Neto, representante do Poder Executivo no conselho do Fundeb, pediu registro de protesto pela demora no início da audiência, o que foi deferido pelo promotor de justiça e justificado conforme acima. Verificou-se a ausência da Procuradoria Municipal, apesar de notificada conforme e-mail constante dos autos. Foi informado pela advogada Priscilla Rakelle, da secretaria de Educação, que o procurador municipal precisou viajar ao Recife. Dado início ao levantamento de informações e esclarecimentos sobre os objetos dos autos, o promotor de justiça mencionou denúncia apresentada em nome de movimentos sociais em 03/07/2017 e o relatório prévio de junho da presidente do CMEG sobre o CACs-FUNDEB e CAE. Foi facultada a palavra aos presentes, conclamando o promotor de justiça ao diálogo e que se busque o fortalecimento e a autonomia dos conselhos. A presidente do conselho do Fundeb e o presidente do CAE informaram que a documentação não está sendo encaminhada mensalmente pelo município, como previsto em lei, para a análise necessária. A presidente do conselho do Fundeb requereu o cumprimento do Artigo 12, parágrafo único, da Lei 4039/2014, que prevê um secretário-executivo. Rita, conselheira suplente do CAE, afirmou que houve avanços na situação dos conselhos, existindo espaço próprio, que é a Casa dos Conselhos, com sala inclusive para os conselhos vinculados à Educação que estava fechada mas agora está aberta; Mônica Charlene disse que foi eleita vice-presidente do CAE, mas na portaria está como suplente; consta também como conselheira do Fundeb representante dos professores, mas nunca se candidatou; a Secretária de Educação e o conselheiro Tony Neto disseram que, conforme entendimento que mantiveram com a administração, a documentação aos conselhos deve ser entregue mensalmente pelo controlador geral, independentemente de solicitação, conforme foi acertado em reunião esta semana. Os presentes concordaram com a necessidade de maior diálogo entre os conselheiros e a secretária de educação, que assumiu em 03/07, comprometendo-se a secretária em participar das reuniões ordinárias dos conselhos. O conselheiro do CMEG, representando as universidades públicas, Anderson, mencionou a necessidade de as questões levantadas pela presidente do CMEG serem postas ao pleno do conselho. Em relação à designação dos secretários-executivos para os três conselhos, a secretaria de Educação verificará, em dez dias, quem pode designar. O noticiante Paulo Oliveira mencionou que desde 2015 foram trazidas ao Ministério Público denúncia referente aos problemas existentes nos conselhos, dando como exemplo da falta de funcionamento o CAE, por

Área

Am

P

Rita

Am.

Anderson

Paulo

Am.

(Handwritten signatures and initials at the bottom of the page)